



RELATÓRIO ESTATÍSTICO

2018

PLENÁRIO		CORTE ESPECIAL		PRIMEIRA SEÇÃO Direito Público e Previdenciário	SEGUNDA SEÇÃO Direito Privado	TERCEIRA SEÇÃO Direito Penal	CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL						
1. Felix Fischer 17/12/1996	1. João Otávio de Noronha	1. Francisco Falcão	1. Nancy Andrichi	1. Felix Fischer	1. Nancy Andrichi	1. Felix Fischer	João Otávio de Noronha Maria Thereza de Assis Moura Corregedora-Geral Paulo de Tarso Sanseverino Efetivo (2017/2019) Isabel Gallotti Efetivo (2017/2019) Antonio Carlos Ferreira Efetivo (2018/2020) Villas Bôas Cueva Suplente (2017/2019) Sebastião Reis Júnior Suplente (2017/2019) Marco Buzzi Suplente(2018/2020) Art. 7º do RISTJ						
2. Francisco Cândido de M. Falcão Neto 30/6/1999	2. Maria Thereza de Assis Moura	2. Herman Benjamin	2. Luis Felipe Salomão	2. Laurita Vaz	2. Luis Felipe Salomão	2. Laurita Vaz							
3. Fátima Nancy Andrichi 27/10/1999	3. Felix Fischer	3. Napoleão Nunes Maia Filho	3. Raul Araújo	3. Jorge Mussi	3. Raul Araújo	3. Jorge Mussi							
4. Laurita Hilário Vaz 26/6/2001	4. Francisco Falcão	4. Og Fernandes	4. Paulo de Tarso Sanseverino*	4. Sebastião Reis Júnior	4. Paulo de Tarso Sanseverino*	4. Sebastião Reis Júnior							
5. João Otávio de Noronha (Presidente) 3/12/2002	5. Nancy Andrichi	5. Mauro Campbell Marques*	5. Isabel Gallotti	5. Rogério Schietti Cruz*	5. Isabel Gallotti	5. Rogério Schietti Cruz*							
6. Humberto Eustáquio Soares Martins¹ 14/6/2006	6. Laurita Vaz	6. Benedito Gonçalves	6. Antonio Carlos Ferreira	6. Nefi Cordeiro	6. Antonio Carlos Ferreira	6. Nefi Cordeiro							
7. Maria Thereza Rocha de Assis Moura (Vice-Presidente) 9/8/2006	7. Humberto Martins	7. Assusete Magalhães	7. Villas Bôas Cueva	7. Reynaldo Soares da Fonseca	7. Reynaldo Soares da Fonseca	7. Reynaldo Soares da Fonseca							
8. Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin 6/9/2006	8. Herman Benjamin	8. Sérgio Kukina	8. Marco Buzzi	8. Ribeiro Dantas	8. Ribeiro Dantas	8. Ribeiro Dantas							
9. Napoleão Nunes Maia Filho 23/5/2007	9. Napoleão Nunes Maia Filho	9. Regina Helena Costa	9. Marco Aurélio Bellizze	9. Antonio Saldanha Palheiro	9. Antonio Saldanha Palheiro	9. Antonio Saldanha Palheiro							
10. Jorge Mussi 12/12/2007	10. Jorge Mussi	10. Gurgel de Faria	10. Moura Ribeiro	10. Joel Ilan Paciornik	10. Joel Ilan Paciornik	10. Joel Ilan Paciornik							
11. Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes 17/6/2008	11. Og Fernandes	*Presidência: 6/8/2017 a 5/8/2019 Coord.: Zilda Carolina de Souza		*Presidência: 27/8/2017 a 26/8/2019 Coord.: Ana Elisa Kirjner		*Presidência: 28/5/2017 a 27/5/2019 Coord.: Gilberto Ferreira Costa							
12. Luis Felipe Salomão 17/6/2008	12. Luis Felipe Salomão	Art. 2º, §§ 3º e 6º, do RISTJ – Sessões: 2ªs e 4ªs quartas-feiras do mês											
13. Mauro Luiz Campbell Marques² 17/6/2008	13. Mauro Campbell Marques	PRIMEIRA TURMA		TERCEIRA TURMA		QUINTA TURMA							
14. Benedito Gonçalves 17/9/2008	14. Benedito Gonçalves	1. Napoleão Nunes Maia Filho Ingresso: 1º/7/2011	1. Nancy Andrichi Ingresso: 25/8/2016	1. Felix Fischer Ingresso: 2/9/2014	ENFAM Herman Benjamin Diretor-Geral Biênio 2018/2020 Og Fernandes Vice-Diretor Biênio 2017/2019 Raul Araújo Diretor do CEJ/CJF Luis Felipe Salomão Biênio 2018/2020 Mauro Campbell Marques Biênio 2018/2020 Art. 10 do RI/ENFAM								
15. Raul Araújo Filho 12/5/2010	15. Raul Araújo	2. Benedito Gonçalves Ingresso: 18/9/2008	2. Paulo de Tarso Sanseverino Ingresso: 11/8/2010	2. Jorge Mussi Ingresso: 2/10/2015									
16. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino 10/8/2010	Coord.: Vânia Maria Soares Rocha Art. 2º, § 2º, do RISTJ Sessões: 1ªs e 3ªs quartas-feiras do mês	3. Sérgio Kukina Ingresso: 7/2/2013	3. Villas Bôas Cueva Ingresso: 14/6/2011	3. Reynaldo Soares da Fonseca* Ingresso: 27/5/2015									
17. Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues 10/8/2010	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4. Regina Helena Costa* Ingresso: 29/8/2014	4. Marco Aurélio Bellizze Ingresso: 29/8/2014	4. Ribeiro Dantas Ingresso: 1º/10/2015									
18. Antonio Carlos Ferreira 13/6/2011		1. João Otávio de Noronha	5. Gurgel de Faria Ingresso: 1º/3/2016	5. Joel Ilan Paciornik Ingresso: 7/4/2016									
19. Ricardo Villas Bôas Cueva 13/6/2011	2. Maria Thereza de Assis Moura	*Presidência: 5/5/2017 a 4/5/2019 Coord.: Bárbara Camunã		*Presidência: 25/8/2018 a 24/8/2020 Coord.: Maria Auxiliadora da Rocha				*Presidência: 27/5/2017 a 26/5/2019 Coord.: Marcelo Pereira Cruvinel					
20. Sebastião Alves dos Reis Júnior 13/6/2011	3. Felix Fischer	SEGUNDA TURMA		QUARTA TURMA				SEXTA TURMA					
21. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi 5/9/2011	4. Francisco Falcão	1. Francisco Falcão* Ingresso: 2/9/2016	1. Luis Felipe Salomão Ingresso: 18/6/2008	1. Laurita Vaz Ingresso: 30/8/2018				TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL Jorge Mussi Corregedor-Geral Biênio 2017/2019 Og Fernandes Efetivo (2018/2020) Luis Felipe Salomão Substituto (2017/2019) Mauro Campbell Marques Substituto (2018/2020) Art. 10, III, do RISTJ					
22. Marco Aurélio Bellizze Oliveira³ 5/9/2011	5. Nancy Andrichi	2. Herman Benjamin Ingresso: 6/9/2006	2. Raul Araújo Ingresso: 26/9/2018	2. Sebastião Reis Júnior Ingresso: 14/6/2011									
23. Assusete Dumont Reis Magalhães 21/8/2012	6. Laurita Vaz	3. Og Fernandes Ingresso: 31/8/2016	3. Isabel Gallotti Ingresso: 11/8/2010	3. Rogério Schietti Cruz Ingresso: 29/8/2013									
24. Sérgio Luiz Kukina 6/2/2013	7. Humberto Martins	4. Mauro Campbell Marques Ingresso: 17/6/2008	4. Antonio Carlos Ferreira* Ingresso: 14/6/2011	4. Nefi Cordeiro* Ingresso: 4/4/2014									
25. Paulo Dias de Moura Ribeiro 28/8/2013	8. Herman Benjamin	5. Assusete Magalhães Ingresso: 19/2/2014	5. Marco Buzzi Ingresso: 6/9/2011	5. Antonio Saldanha Palheiro Ingresso: 7/4/2016									
26. Regina Helena Costa 28/8/2013	9. Napoleão Nunes Maia Filho	*Presidência: 12/11/2017 a 11/11/2019 Coord.: Angela Valéria Dusi		*Presidência: 10/8/2017 a 9/8/2019 Coord.: Teresa Helena Basevi							*Presidência: 3/10/2017 a 2/10/2019 Coord.: Eliseu Augusto de Santana		
27. Rogério Schietti Machado Cruz 28/8/2013	10. Jorge Mussi	Art. 2º, §§ 3º, 4º e 6º, do RISTJ – Sessões: terças-feiras e 1ªs e 3ªs quintas-feiras do mês											
28. Nefi Cordeiro 3/4/2014	11. Og Fernandes	COMISSÕES PERMANENTES – Arts. 40 e 41 do RISTJ		COORDENAÇÃO							GESTORA DE PRECEDENTES		
29. Luiz Alberto Gurgel de Faria 9/9/2014	Art. 5º do RISTJ Diretor-Geral: Lúcio Guimarães Marques	DOCUMENTAÇÃO		REGIMENTO INTERNO		JURISPRUDÊNCIA							
30. Reynaldo Soares da Fonseca 26/5/2015		Og Fernandes (Presidente) Antonio Carlos Ferreira Antonio Saldanha Palheiro Joel Ilan Paciornik (<i>Suplente</i>)	Mauro Campbell Marques (Presidente) Isabel Gallotti Sérgio Kukina Reynaldo Soares da Fonseca Moura Ribeiro Nefi Cordeiro	Felix Fischer (Presidente) Benedito Gonçalves Villas Bôas Cueva Sebastião Reis Júnior Marco Aurélio Bellizze Gurgel de Faria	REGIMENTO INTERNO Mauro Campbell Marques (Presidente) Isabel Gallotti Sérgio Kukina Reynaldo Soares da Fonseca Moura Ribeiro Nefi Cordeiro								
31. Marcelo Navarro Ribeiro Dantas 30/9/2015	COORDENAÇÃO		JURISPRUDÊNCIA								COORDENAÇÃO Marco Buzzi (Presidente) Regina Helena Costa Nefi Cordeiro Ribeiro Dantas (<i>Suplente</i>)		
32. Antonio Saldanha Palheiro 6/4/2016	GESTORA DE PRECEDENTES		REGIMENTO INTERNO		GESTORA DE PRECEDENTES Paulo de Tarso Sanseverino (Presidente) Assusete Magalhães Rogério Schietti Cruz Moura Ribeiro (<i>Suplente</i>)								
33. Joel Ilan Paciornik 6/4/2016	REGIMENTO INTERNO		GESTORA DE PRECEDENTES								REGIMENTO INTERNO Mauro Campbell Marques (Presidente) Isabel Gallotti Sérgio Kukina Reynaldo Soares da Fonseca Moura Ribeiro Nefi Cordeiro		
Art. 2º, § 1º, do RISTJ Presidência: 29/8/2018 a 29/8/2020		Art. 2º, § 1º, do RISTJ Presidência: 29/8/2018 a 29/8/2020		Art. 10, III, do RISTJ									



Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica
Coordenadoria de Gestão da Informação

RELATÓRIO ESTATÍSTICO

Brasília
2018



Sumário

1. Composição do Superior Tribunal de Justiça.....	02
2. Apresentação.....	04
3. Movimentação processual por ministros	08
4. Gráfico – Processos tramitando	09
5. Recursos repetitivos	10
6. Maiores demandantes.....	11
7. Metas nacionais do poder judiciário – Metas 1 e 2	12
8. Metas nacionais do poder judiciário – Metas 4, 6 e 7	13
9. Processos recebidos e distribuídos	14
10. Processos distribuídos e registrados por Unidade da Federação.....	15
11. Processos registrados – ministro presidente	16
12. Decisões e despachos proferidos pelos ministros presidente e vice-presidente	17
13. Gráfico de processos distribuídos e julgados nas seções e respectivas turmas.....	18
14. Gráfico de processos distribuídos e julgados por classes de feitos	19
15. Gráfico de processos distribuídos, julgados e acórdãos publicados.....	20
16. Processos distribuídos, julgados, e pendentes de 1º julgamento no período de 7/4/1989 a 31/12/2018.....	21
17. Gráfico - Processos distribuídos, julgados - a partir de 2008.....	22
18. Petições e recursos protocolizados	23
19. Relatório sucinto - Atividades Jurisdicionais do STJ 2/1/2017 a 31/12/2018	24
20. Glossário.....	25

Apresentação

Em conformidade com o Regimento Interno nos seus artigos 21, inciso XXIX, e 117, o Boletim Estatístico publica os dados quantitativos sobre o trâmite processual e a atividade judicante no STJ. O relatório estatístico da movimentação processual do STJ que segue visa proporcionar ao leitor uma compreensão geral das principais informações estatísticas do Tribunal.

Os processos recebidos no STJ

No ano de 2018 foram recebidos no STJ 346.337 processos novos originários e recursais. Esse volume equivale a 28.861 processos novos recebidos por mês e a 1.467 casos novos recebidos por dia útil no Tribunal no ano. A cada mês o volume de processos recebidos variou de cerca de 20 mil em janeiro até mais de 36 mil em agosto.

Em comparação com os anos anteriores, em 2018 foi recebida a maior quantidade de casos novos no Tribunal, ultrapassando em 12.283 processos

a média dos dois anos anteriores, conforme ilustra a Figura 1. O histórico da quantidade de processos recebidos desde 2012 mostra a mudança de 21.881 processos novos por mês em 2012 para 28.861 em 2018, ou um aumento de 6.880 (31,9%) processos mensalmente. Conforme analisado nos boletins mensais, o aumento dos processos recebidos entre os anos de 2012 a 2014, de 63.288 casos novos (24,1%), se deve principalmente ao aumento da chegada de processos recursais, enquanto que no período entre 2014 e 2018, de 20.482 casos novos (6,2%), se deve principalmente ao aumento dos casos originários do STJ.

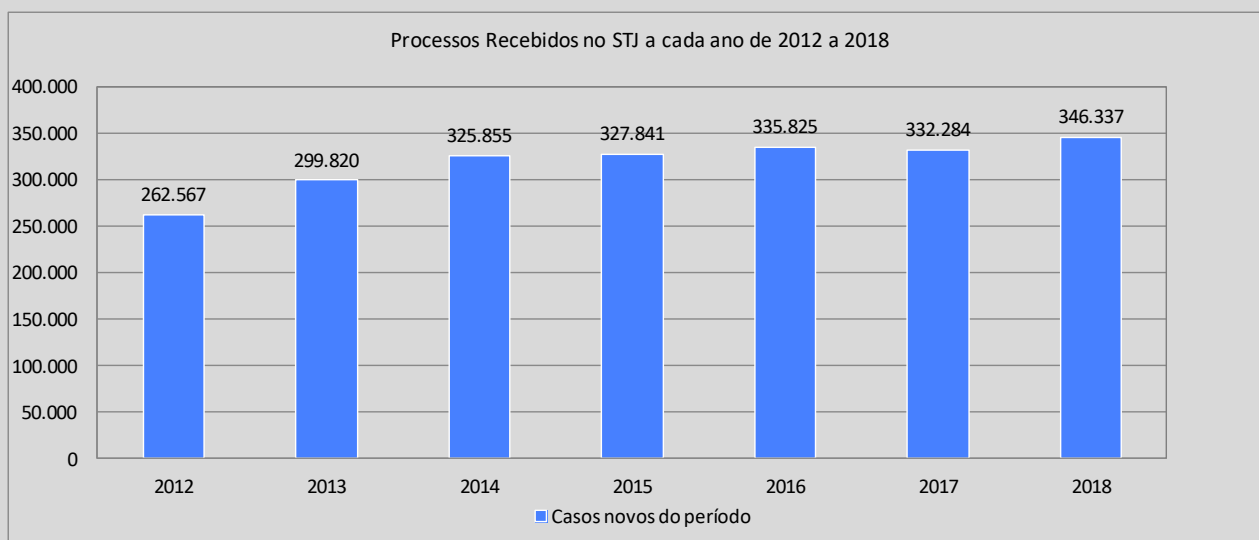


Figura 1. Processos recebidos no STJ por desde 2012 até 2018 e aumento de 31,9% entre 2018 e 2012.

Os processos distribuídos e registrados

Em 2018 foram distribuídos e registrados aos ministros 348.416 processos no STJ, o que equivale a 29.035 processos por mês, em média. Desses processos, 70,3% (244.866) foram distribuídos aos

ministros e 29,7% (103.550) registrados à presidência do STJ, às presidências dos órgãos julgadores do Tribunal e à presidência da Comissão Gestora de Precedentes. Para ilustrar a ramificação desse volume de processos no STJ em quantidades

médias por ministro no ano de 2018, foram registrados à presidência do STJ 102.737 processos, e distribuídos, em média, para cada um dos 10

ministros da primeira seção 8.098 processos; da segunda seção, 7.052 processos; e da terceira seção, 9.305 processos (Figura 2).

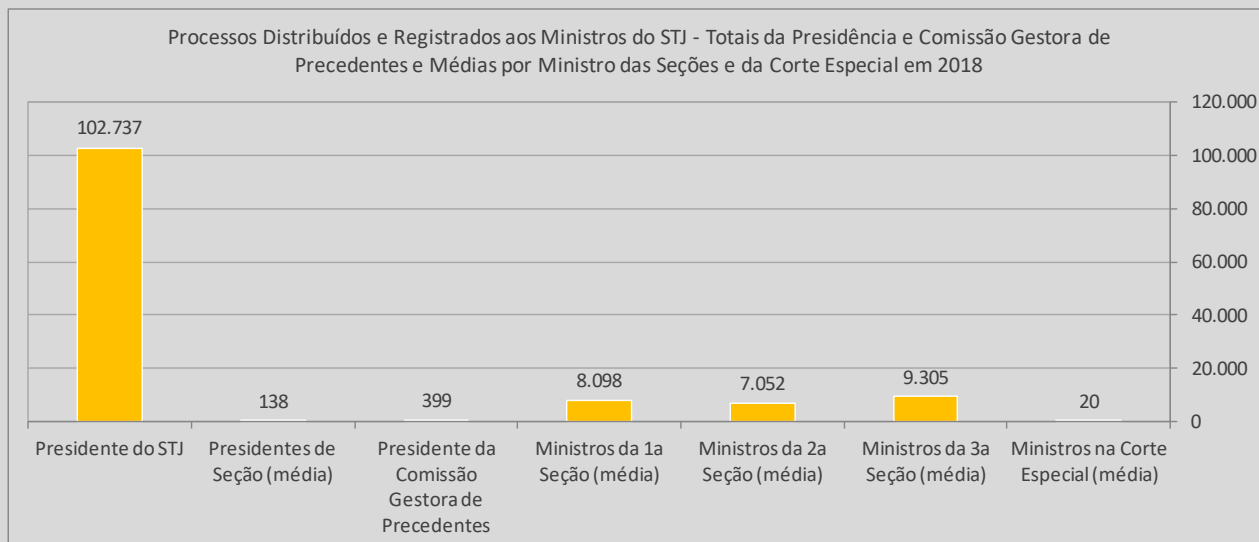


Figura 2. Processos distribuídos e registrados em 2018 para o ministro presidente do STJ, presidente da Comissão Gestora de Precedentes e ministros das Seções e Corte Especial em quantidades médias por ministro. Considerados 10 ministros em cada Seção e 15 ministros na Corte Especial.

Os julgados do Tribunal

Em 2018, foram proferidas no STJ 524.801 decisões terminativas, considerando as 112.346 (21,4%) proferidas em recursos internos entre Agravos Regimentais (AgRg), Agravos Internos (AgInt) e Embargos de Declaração (EDcl). Desse total de julgados, 109.731 (20,9%) foram decididos em sessão e 415.070 (79,1%), monocraticamente.

Fazendo relação entre as quantidades de processos julgados e distribuídos, a quantidade de julgados (412.455, descontados aqueles em recursos internos) supera o volume de processos distribuídos (348.416) em 18,3% ou 64.039 decisões, o que contribui com o cumprimento da Meta Nacional 1 do Poder Judiciário, de julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

O volume de decisões proferidas aumentou nos últimos anos no STJ (Figura 3). Os julgados de 2015 a 2017, por exemplo, excedem em 27,4%, ou 102.057 decisões por ano em média, os julgados do

período de 2012 a 2014. Os julgados de 2018 superam os resultados dos anos anteriores desde 2012, comparados no gráfico pela linha tracejada. Repetindo a tendência desde o ano de 2017, os julgados de 2018 superam meio milhão de decisões no STJ.

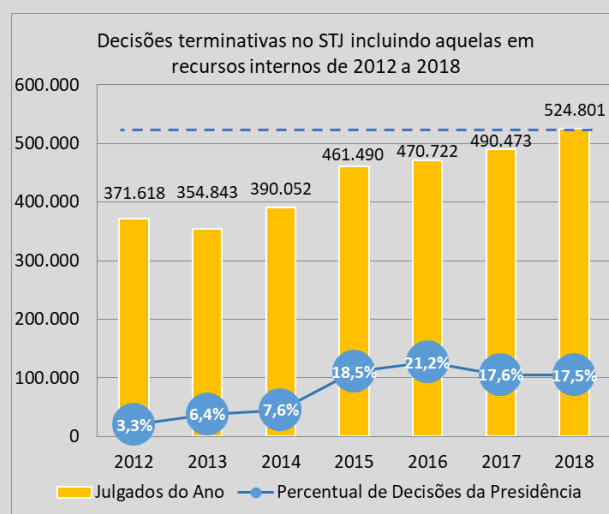


Figura 3. Decisões terminativas no Tribunal de 2012 a 2018 e decisões da presidência do STJ. Linha tracejada compara os julgados de 2018 com os julgados de anos anteriores.

No histórico exibido na figura, o aumento das decisões proferidas pela presidência do STJ a cada ano está relacionado ao aumento histórico de decisões a partir de 2015, quando foi iniciado o trabalho de triagem de AREsps à presidência do Tribunal, também chamado filtro de admissibilidade cotejada do AREsp. Também a força tarefa da presidência do STJ, disciplinada pela Resolução STJ 3/2017, elaborou 41.367 minutas de decisões em apoio aos gabinetes dos ministros e também é um fator de contribuição para os julgados nos anos de 2017 e 2018.

Fatores externos ao Tribunal também contribuíram para o aumento de decisões terminativas no STJ em 2018, como o aumento dos pedidos de *Habeas Corpus*, que levaram a 12.495 (27,4%) decisões a mais em 2018 que a média dos anos de 2016 e 2017 nessa classe de feito, e também o aumento dos recursos internos de Agravos Regimentais, Agravos Internos e Embargos de Declaração, que levaram a 21.685 (23,9%) julgados a mais em 2018 em relação à média de 2017 e 2016 nesses pedidos. Uma hipótese para

o aumento dos recursos é a exigência do novo código por maiores detalhes de fundamentação por parte dos magistrados quanto às decisões.

Os recursos internos protocolados

Das decisões do STJ proferidas até dezembro de 2018, foram protocoladas em 2018 112.374 petições de recursos internos, entre Agravos Internos (AgInt), Agravos Regimentais (AgRg), Embargos de Declaração (EDcl) e Embargos de Divergência (EDv). Quanto aos recursos externos, que incluem os Agravos em Recurso Extraordinário (ARE), Recurso Extraordinário (RE) e Recurso Ordinário (RO), foram protocoladas 8.893 petições desde janeiro.

O cálculo da taxa de recorribilidade interna, que apura a razão entre a quantidade de petições de recursos internos do período e a quantidade de decisões colegiadas e monocráticas do período, entrega para 2018, a taxa de 23,3%. A Figura 4 ilustra o histórico da taxa de recorribilidade nos últimos anos.

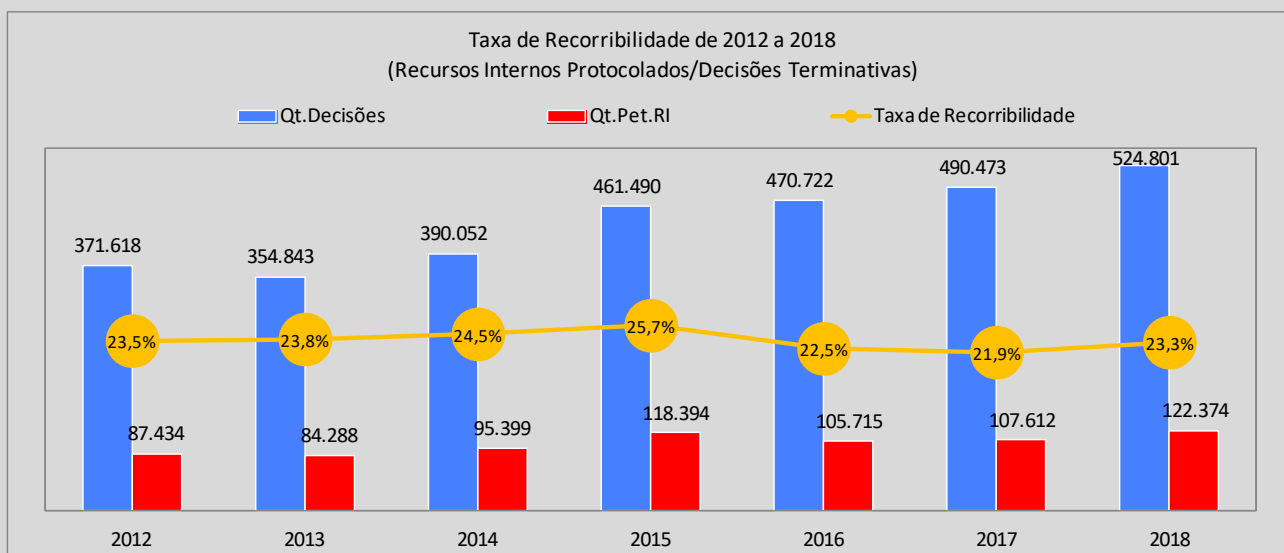


Figura 4. Histórico da taxa de recorribilidade no STJ para cada ano de 2012 a 2018.

Os processos baixados

Desde o início de 2018 foram baixados 383.706 processos no STJ. Estão inclusos os processos arquivados, que são originários do STJ. O histórico desde 2012 dos processos baixados em cada ano (Figura 5) mostra o aumento de volume a partir de 2015 em 77.630 (27,6%) processos baixados a mais, em média, no período após 2015 em relação ao período anterior a 2015. Essa mudança também decorre da implementação da triagem de processos de AREsp, iniciada em março de 2015, conforme referido aos julgados. Da mesma forma, a força tarefa da presidência do STJ em apoio aos gabinetes de Ministros foi um fator de contribuição ao volume de processos baixados nos anos de 2017 e 2018.

O acervo de processos

O STJ finalizou o ano de 2018 com um acervo de 292.757 processos em tramitação, volume 11,9% menor que o do acervo do final de 2017 (332.330).

Do acervo atual, cerca de 91,0% dos processos se concentram em cinco classes processuais: 42,7% são AREsp; 35,6%, REsp; 7,9%, HC; 2,6%, RHC e 2,0%, RMS. A Figura 6 ilustra a movimentação processual de 2018.

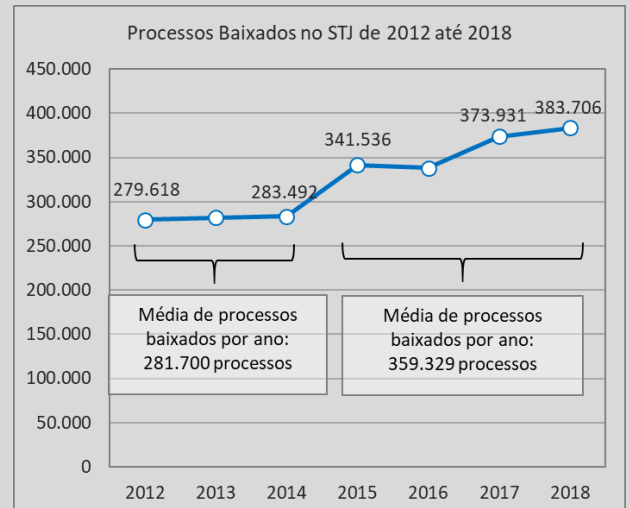


Figura 5. Processos baixados no STJ em cada ano desde 2012 a 2018.

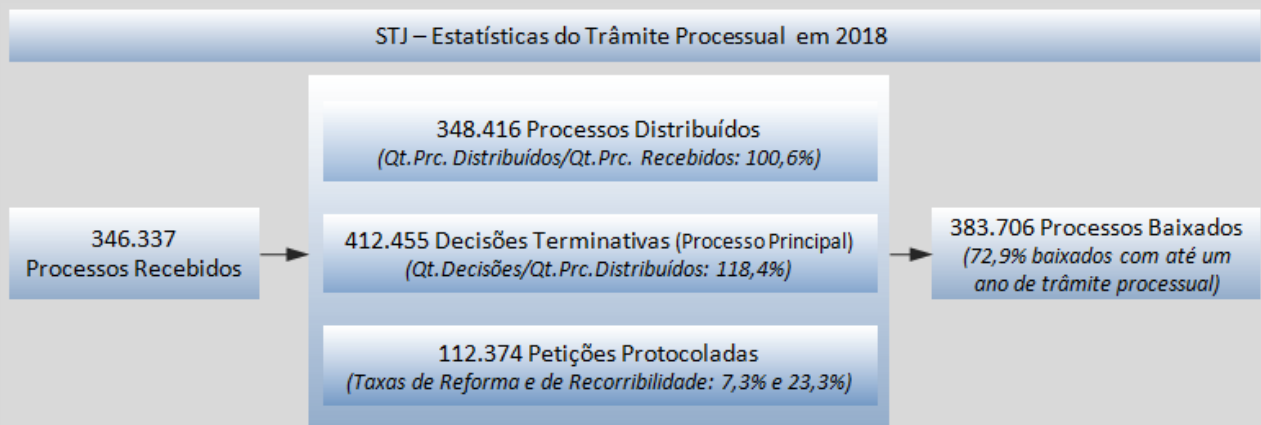
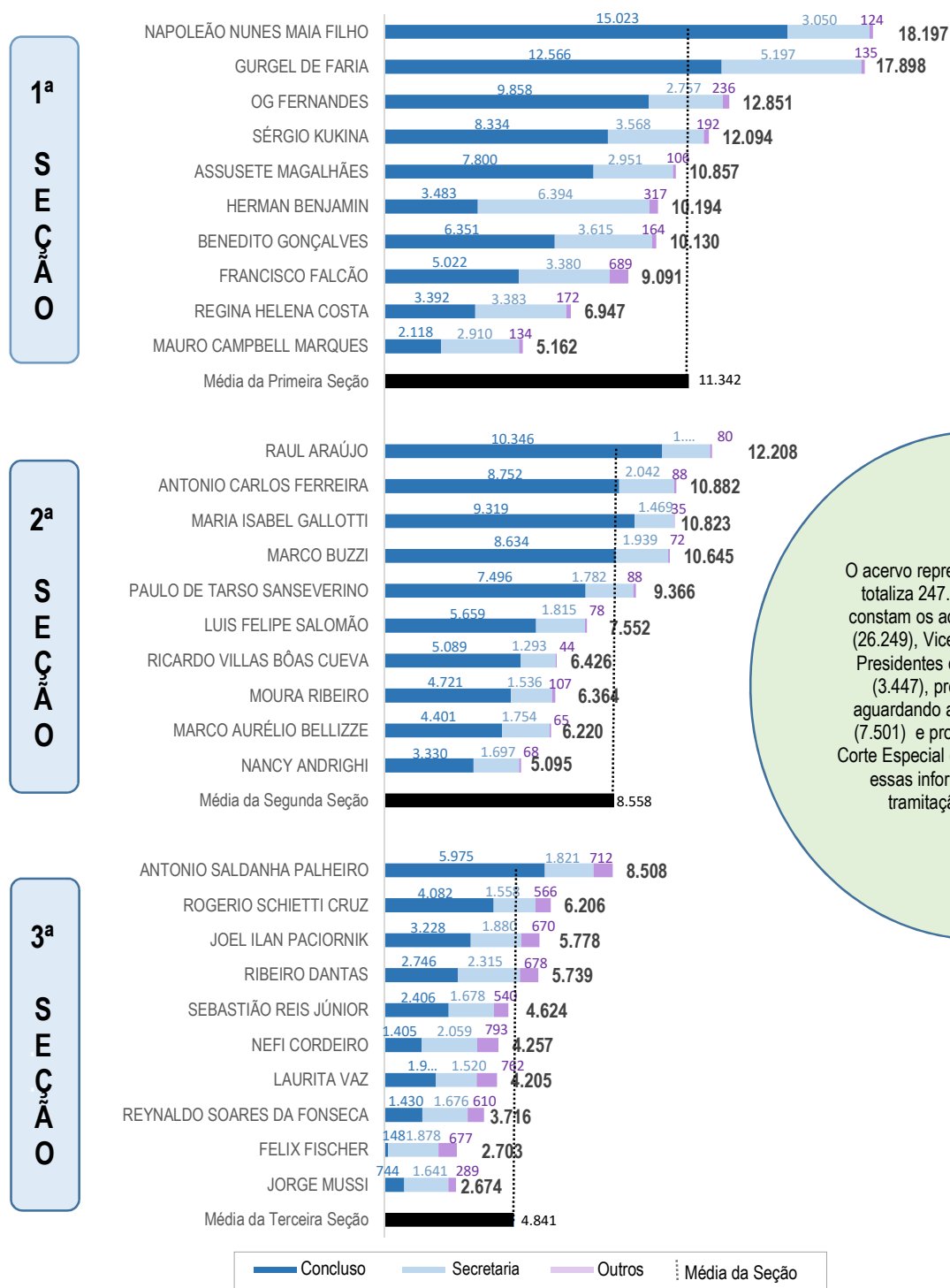


Figura 6: Esquema simplificado da movimentação processual do STJ em 2018. Petições protocoladas de AgRg; AgInt; EDcl e EDv.

Acervo de processos por relator em 31/12/2018



Fontes: Secretaria Judiciária; Secretaria de Órgãos Julgadores e STI (Sistema Justiça).

- Conclusos: Processos nos gabinetes de ministros.
- Secretaria: Processos na Secretaria Judiciária e Secretaria dos Órgãos Julgadores.
- Outros: Processos no Ministério Público, na Defensoria Pública, em diligência, etc.

Recursos repetitivos - janeiro a dezembro de 2018 -

Temas	Temas repetitivos (CPC, Art. 1.037)				Controvérsias (CPC, Art. 1.036)		
	Afetados (aguardando julgamento)	Julgados	Acórdãos publicados	Revisados (6)	Aguardando manifestação	Canceladas	Afetadas ao repetitivo
Relatores							
Ministro Presidente							
Felix Fischer							
Francisco Falcão					1	2	
Nancy Andriahi	1	1	1				1
Laurita Vaz (4)							
João Otávio de Noronha (1)							
Humberto Martins (5)							
Maria Thereza de Assis Moura (2)							
Herman Benjamin	2	2	2		4		1
Napoleão Nunes Maia Filho	4	5	5		2		2
Jorge Mussi							
Og Fernandes	7	2	2			1	1
Luis Felipe Salomão		2	2		1		
Mauro Campbell Marques	2	9	8		3		2
Benedito Gonçalves		2	3	2	3	1	
Raul Araújo (3)					1		
Paulo de Tarso Sanseverino	1	5	4			1	1
Isabel Gallotti		1	1			1	
Antonio Carlos Ferreira		1	1		1	1	
Villas Bôas Cueva	1	2	2				
Sebastião Reis Júnior	2	1	2	1		1	1
Marco Buzzi					2	2	
Marco Aurélio Bellizze	1				1		1
Assusete Magalhães		3	2		2	1	
Sérgio Kukina	2						2
Moura Ribeiro	2	1	1		1		1
Regina Helena Costa	1				2	1	
Rogério Schietti Cruz		1	1		4	1	
Nefi Cordeiro							
Gurgel de Faria	1	1	1		1	1	1
Reynaldo Soares da Fonseca	1	1	1				1
Ribeiro Dantas							
Antonio Saldanha Palheiro							
Joel Ilan Paciornik							
Total	28	40	39	3	29	14	15

Fonte: Núcleo de Gerenciamento de Precedentes.

Notas: **Total de processos sobrestados na origem por temas do STJ: 1.129.578.**

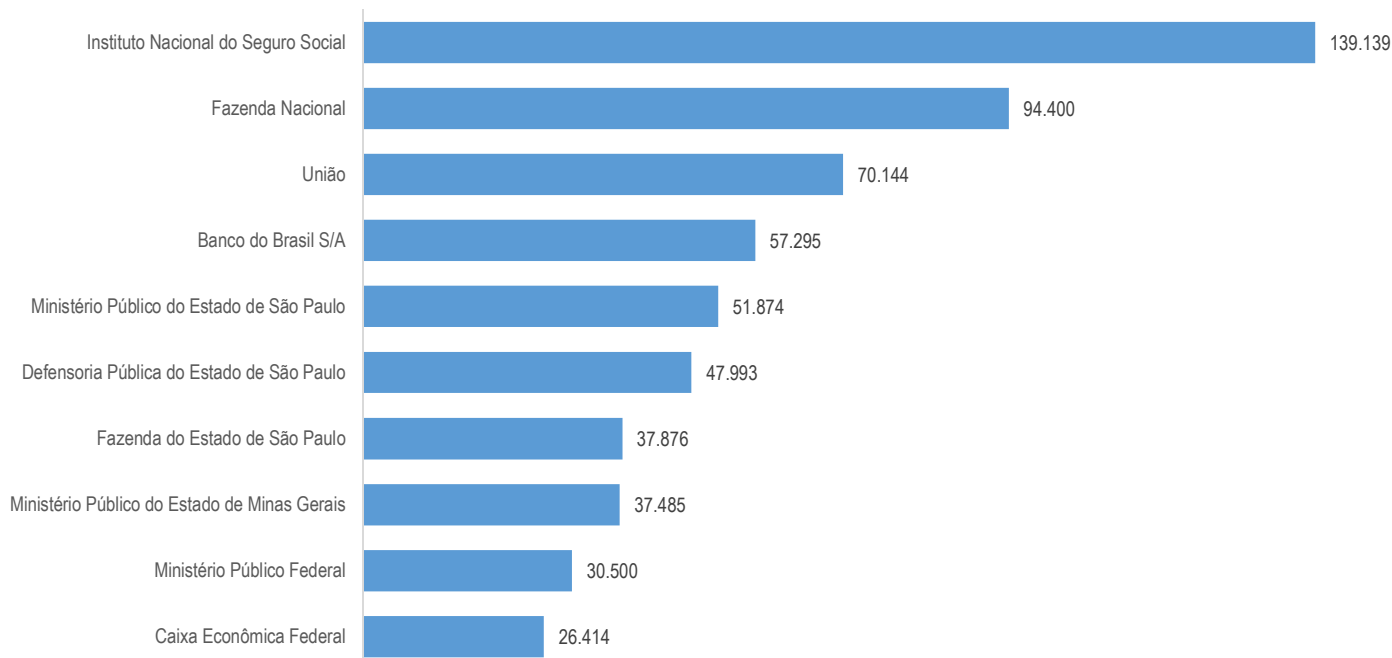
(Fonte: http://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qww_l%2FPainelCNJ.qww&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shDRGraficos)

Mais informações sobre recursos repetitivos e IAC consulte o link: http://www.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/

(1) Ministro Presidente do STJ a partir de 29/8/2018. Ministro Corregedor Nacional de Justiça até 28/8/2018. (2) Ministra Vice-Presidente do STJ a partir de 29/8/2018. (3) Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal. (4) Ministra Presidente do STJ até 29/8/2018. Designada para compor a 3ª Seção, 6ª Turma. (5) Ministro Vice-Presidente do STJ até 29/8/2018. Ministro Corregedor Nacional de Justiça a partir de 28/8/2018. (6) Revisão de tema repetitivo. Art. 927, §§ 2º a 4º, do CPC/2015 e art. 256-S ao art. 256-V, do RISTJ.

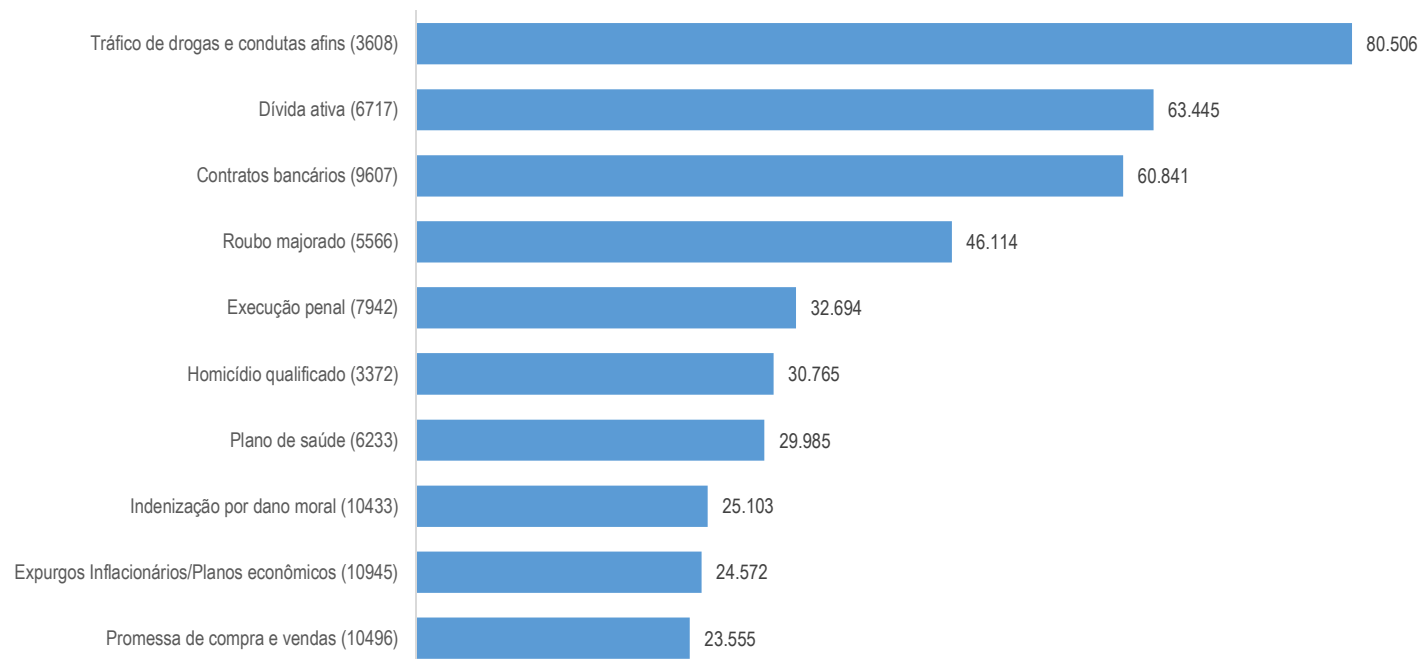
Maiores demandantes

Período: 31/12/2013 a 31/12/2018



Principais Assuntos

Período: 31/12/2013 a 31/12/2018



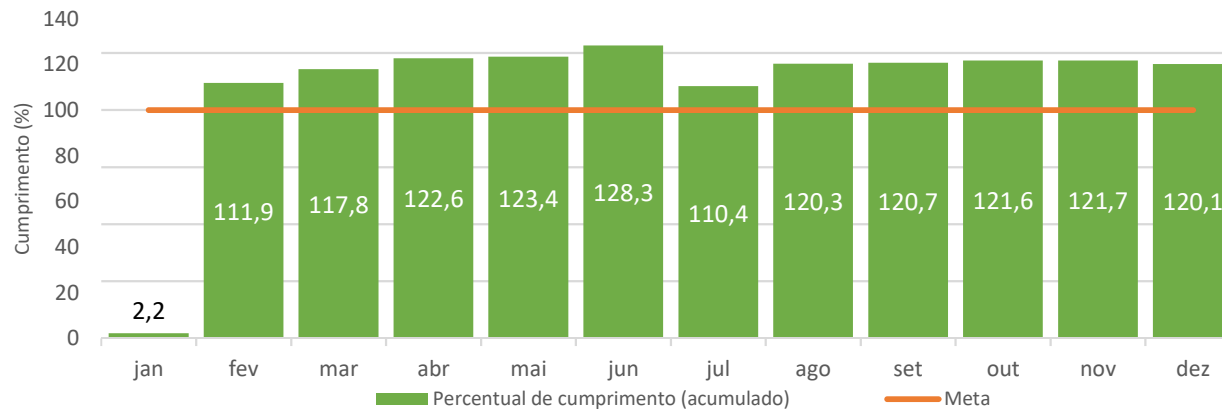
Fontes: Secretaria Judiciária e STI (Sistema Justiça).

Nota: Os números entre parênteses nos processos por assunto referem-se aos códigos do Sistema de Gestão de Tabelas Processuais Unificadas do Conselho Nacional de Justiça.

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO (PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO ACUMULADO) - 2018

Meta 1

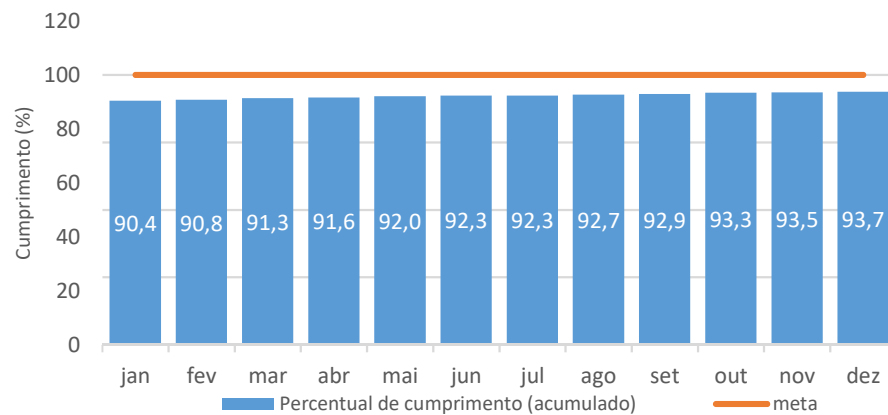
Julgar quantidade maior de processos de conhecimentos do que os distribuídos em 2018.



Meta estará cumprida quando atingir 100% da escala

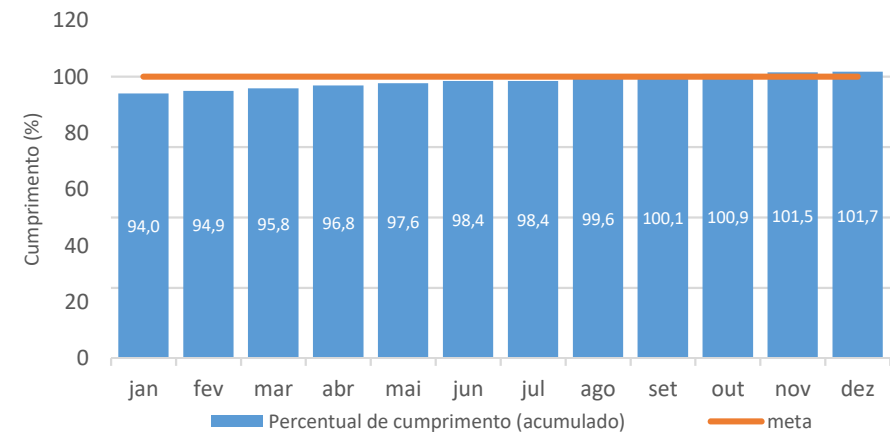
Meta 2 (processos até dez/2013)

Identificar e julgar, até 31/12/2018 pelo menos 99% dos processos distribuídos até 31/12/2013.



Meta 2 (processos de 2014)

Identificar e julgar, até 31/12/2018 pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2014.

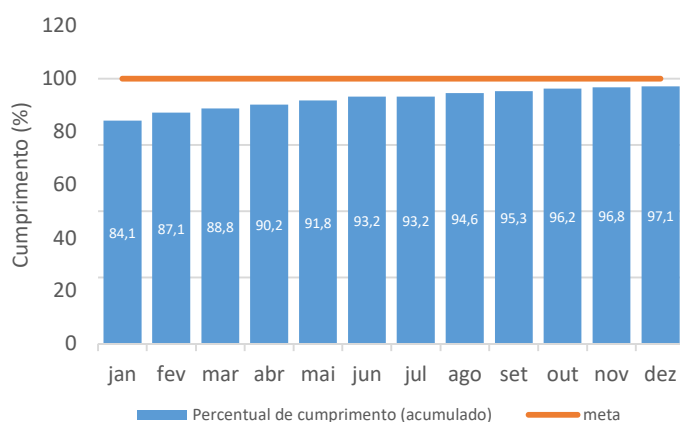


Fontes: Secretaria Judiciária; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (Sistema Justiça).

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO (PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO ACUMULADO) - 2018

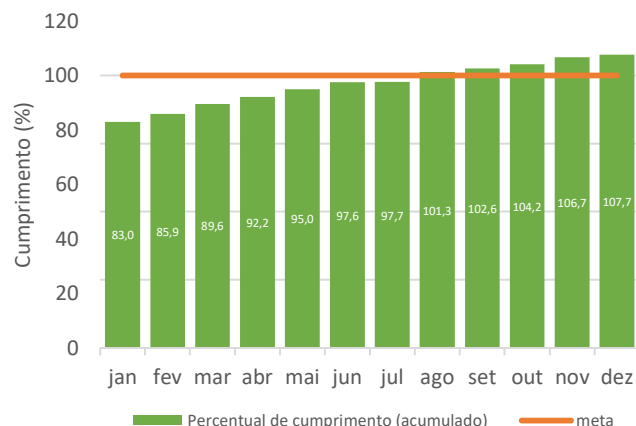
Meta 4 (Distribuídos até dez/2015)

Identificar e julgar até 31/12/2018 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2015.



Meta 4 (Distribuídos em 2016)

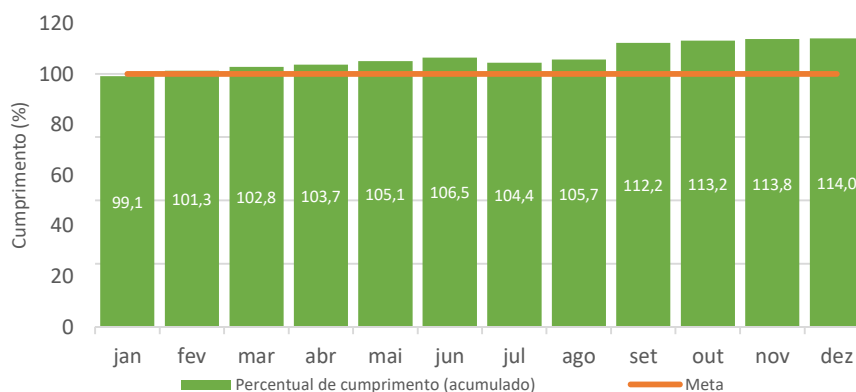
Identificar e julgar até 31/12/2018 80% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas em 2016.



Meta 6

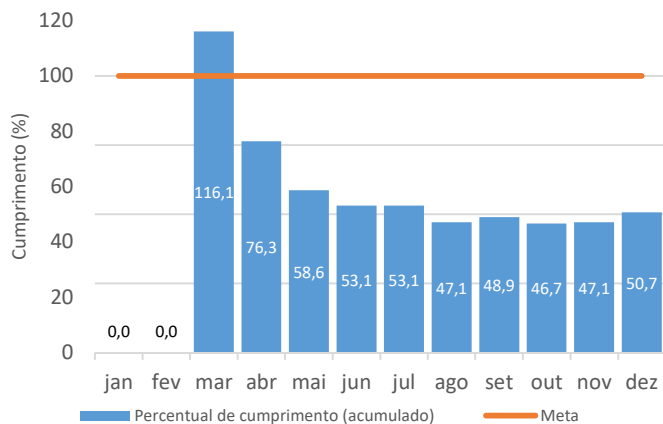
Identificar e julgar, até 31/12/2018, 70% dos recursos oriundos de ações coletivas distribuídos a partir de 01/01/2015.

Meta estará cumprida quando atingir 100%



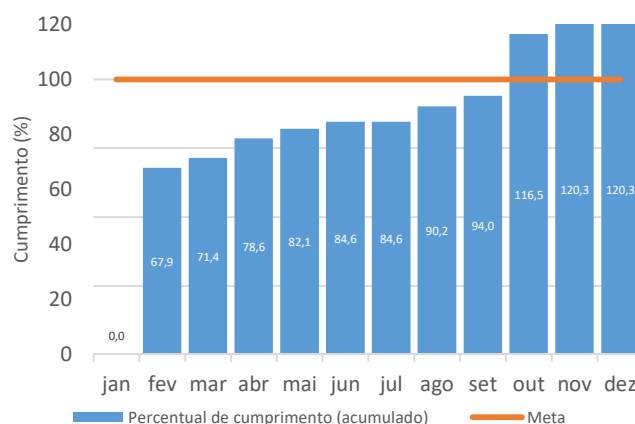
Meta 7 - A

Garantir tempo médio de 180 dias da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos dos temas afetados a partir de 18/3/2016.



Meta 7 - B

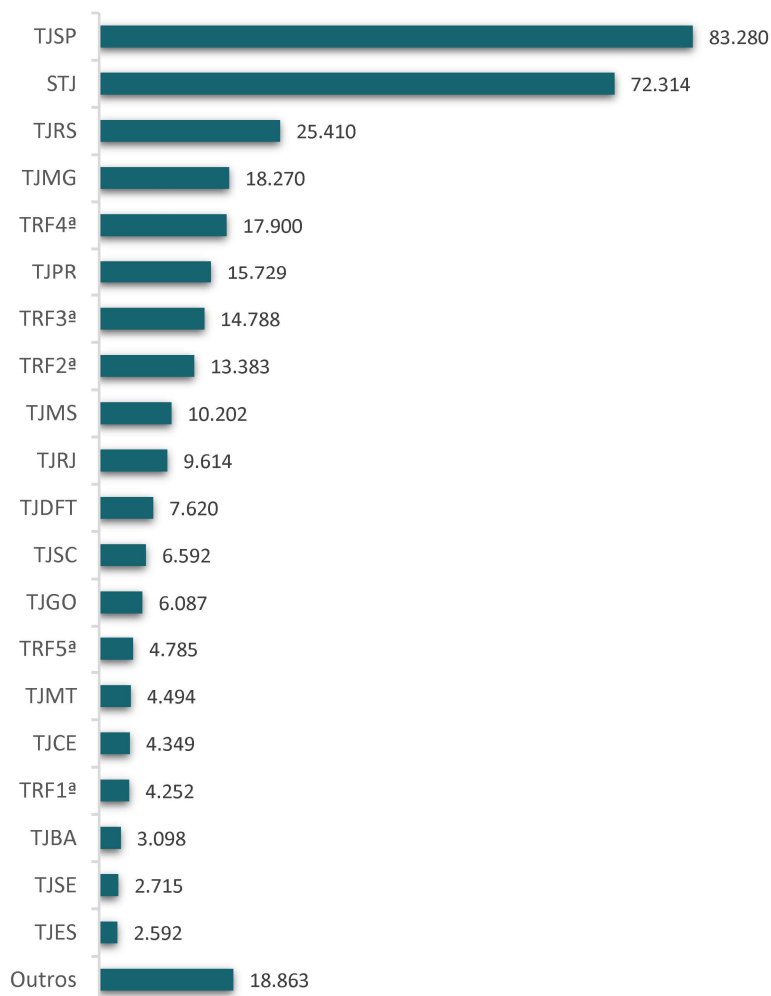
Julgar, até 31/12/2018, 70% do estoque dos temas afetados até 18/3/2016.



Fontes: Secretaria Judiciária; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (Sistema Justiça).

Processos recebidos, distribuídos e registrados - janeiro a dezembro de 2018

Processos recebidos originários(STJ) e recursais



TOTAL DE RECEBIDOS

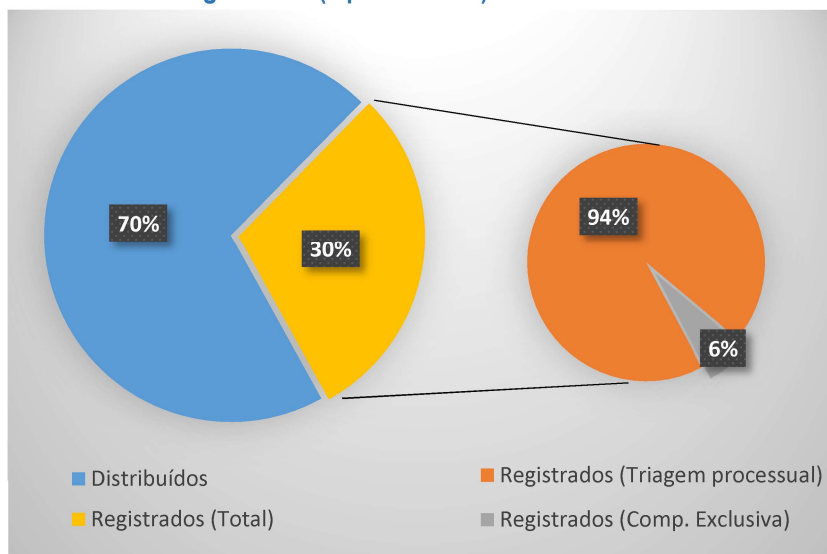
346.337

Processos recebidos por tipo de justiça

	%
Justiça Estadual	63,06
STJ	20,88
Justiça Federal	15,96
Justiça Especializada	0,10

Foram distribuídos no STJ 348.416 processos em 2018, desse volume, 70%(245.265) foram distribuídos aos ministros e 30%(103.151) foram registrados à Presidência do STJ e às Presidências dos órgãos julgadores do Tribunal. Dos processos registrados à Presidência do STJ 94% (96.445) foram processos registrados após a triagem dos AResps feita pela secretaria judiciária sendo que os restante 6% (6.292) são processos de competência exclusiva da Presidência.

Distribuídos e registrados (a presidência)



Fontes: Secretaria Judiciária e STI (Sistema Justiça).

Processos distribuídos e registrados por unidades da federação

- 2018 -

Meses Unidades das Federações	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL	
													Quantidade	(%)
São Paulo	7.084	11.412	12.686	10.184	10.791	9.729	9.079	12.071	10.719	13.057	12.955	11.059	130.826	37,82
Rio Grande do Sul	2.235	2.806	3.141	3.815	3.772	3.611	3.276	3.992	2.962	4.215	3.786	3.912	41.523	12,00
Rio de Janeiro	1.612	2.035	1.620	1.825	2.403	1.727	2.363	3.094	2.354	2.383	2.257	2.129	25.802	7,46
Minas Gerais	1.522	1.961	2.042	2.069	2.570	2.018	2.006	2.046	2.110	2.350	2.113	1.913	24.720	7,15
Paraná	579	997	1.261	1.531	2.063	1.971	2.149	2.860	2.978	2.672	1.960	2.051	23.072	6,67
Santa Catarina	950	837	1.104	1.302	1.425	1.257	1.271	1.618	1.279	1.468	1.110	1.078	14.699	4,25
Mato Grosso do Sul	496	1.169	1.310	790	849	776	1.193	1.760	1.158	1.066	854	987	12.408	3,59
Distrito Federal	861	789	1.123	907	1.119	1.043	883	1.381	956	1.077	807	874	11.820	3,42
Goiás	634	731	533	1.152	504	514	588	800	581	715	673	566	7.991	2,31
Ceará	280	376	356	478	693	580	550	643	601	701	524	430	6.212	1,80
Pernambuco	507	548	572	557	375	438	385	471	400	618	402	436	5.709	1,65
Mato Grosso	456	273	443	751	691	757	387	415	276	317	407	316	5.489	1,59
Espírito Santo	352	383	423	491	486	374	515	547	505	494	412	224	5.206	1,51
Bahia	208	350	345	336	271	266	323	498	435	493	409	347	4.281	1,24
Sergipe	171	193	394	325	251	216	168	213	297	614	402	274	3.518	1,02
Paraíba	138	97	303	267	207	195	157	281	229	253	300	326	2.753	0,80
Tocantins	108	241	271	252	161	148	183	217	244	372	303	221	2.721	0,79
Alagoas	152	207	179	223	131	143	112	217	159	554	347	275	2.699	0,78
Rio Grande do Norte	127	145	237	181	226	163	134	235	184	167	242	289	2.330	0,67
Maranhão	180	182	231	241	197	193	160	196	185	200	155	185	2.305	0,67
Amazonas	250	333	316	167	166	145	123	152	96	130	177	179	2.234	0,65
Pará	164	164	117	100	201	161	199	275	170	191	247	230	2.219	0,64
Rondônia	196	267	158	156	167	88	130	115	117	192	205	289	2.080	0,60
Piauí	134	138	155	155	154	175	139	133	142	127	136	102	1.690	0,49
Acre	51	104	71	62	73	43	61	92	51	75	71	96	850	0,25
Roraima	49	21	30	32	20	23	23	29	26	50	31	34	368	0,11
Amapá	33	44	27	25	29	20	30	29	25	45	30	29	366	0,11
Subtotal	19.529	26.803	29.448	28.374	29.995	26.774	26.587	34.380	29.239	34.596	31.315	28.851	345.891	100,00
Outros Países	145	187	232	276	248	250	275	241	144	196	134	197	2.525	..
Total	19.674	26.990	29.680	28.650	30.243	27.024	26.862	34.621	29.383	34.792	31.449	29.048	348.416	..

Fontes: Secretaria Judiciária; STJ (Sistema Justiça).

Notas: Sinal convencional utilizado:

.. Não se aplica dado numérico.

No valor referente a "outros países" estão computadas as cartas rogatórias e as sentenças estrangeiras .

Processos registrados - 2018

Ministro Presidente

Classes de feitos Meses	Ag	AIA	APn	AR	AREsp	CC	CR	EAg	EAREsp	Emb Exe	EREsp	Exe	Ex Susp	HC	HD	HDE	IDC	IF	IJ	Inq	MC	MI	MS	Pet	Prc	PUIL	Rcl	Re Co Ap	REsp	RHC	RMS	RPV	Rv Cr	SEC	SLS	SS	TP	Total
Janeiro	5			5	5.075	17	85		8		10			62	1	60							33	3			36		284		56		30		8	5	5	5.788
Fevereiro	11			14	6.574	21	93		10		12	4		79		94						1	57	1			70		626		67	9	18		3	6	20	7.790
Março	18			10	7.556	30	127		25		21		1	93		105							30	1	5		87		508		62	55	24		8	5	24	8.795
Abril	9			8	6.716	43	147		12		4	1		96		128						1	36	3	18		122		532		73	164	28		12	7	20	8.180
Mai	18			12	7.786	96	145		14		10			103		103				1			53	12	25		58		797		82	212	36		8	10	20	9.601
Junho	6			9	6.404	71	145		21		17			77		105							58	13	108		58		876		72	387	29		6	4	11	8.477
Julho	14			6	6.346	36	161		15		23			70		114							52	9	10		88		736	1	73		42		8	4	7	7.815
Agosto	23			7	9.878	49	117		6		9			109		124							47	12	1		81		979		96	228	36		12	7	21	11.842
Setembro	7			7	8.013	58	58		103		50			68		86						1	43	14	4		75		898	1	50	332	42		10	10	11	9.941
Outubro	15		2	25	7.982	54	78		79		38		1	75		118							38	25			90		967	5	108	53	39		9	16	19	9.836
Novembro	12		1	9	7.573	46	47		103		48			83		88							41	13			157		743		67	66	40		12	25	9	9.183
Dezembro	12		1	15	5.442	34	97		109		55			80		100			1				54	13			58		942	3	49	15	43		24	18	16	7.181
Total	150		4	127	85.345	555	1.300		505		297	5	2	995	1	1.225		1	1			3	542	119	171		980	8.888	10	855	1.521	407		120	117	183	104.429	

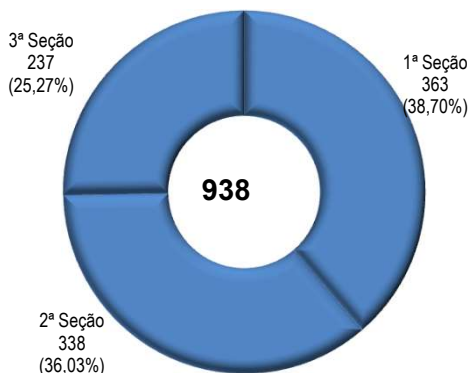
Ministra Vice-Presidente

Classes de feitos Meses	Ag	AIA	APn	AR	AREsp	CC	CR	EAg	EAREsp	Emb Exe	EREsp	Exe	Ex Susp	HC	HD	HDE	IDC	IF	IJ	Inq	MC	MI	MS	Pet	Prc	PUIL	Rcl	Re Co Ap	REsp	RHC	RMS	RPV	Rv Cr	SEC	SLS	SS	TP	Total
Janeiro	1			2	49	3		1	3		4			13									2						27	9	6							120
Fevereiro	1			1	198	47			9		15			50		1							9	3			5		107	11	23							480
Março	1		1	2	209	3	6	1	18	1	20			76									10			1		107	17	26					1			500
Abril	5			3	294	7			7		9			121								1		9		1		144	29	25								655
Mai	3			3	320	6			21		8			113									11	2			1	142	26	25							1	682
Junho	4				273	2			16		15			99										8	1		4	175	25	19					1		1	643
Julho	1	1			90	6			6		9			21										9	1			68	6	8				1			227	
Agosto	5			2	258	2			17		13			84		1							17	1			1	184	26	32							643	
Setembro					988	6			25		20			107									17			1		913	29	28							1	2.135
Outubro	3		2	1	891	4		1	31		17			143			1			1			16	1			1	386	25	42							1	1.567
Novembro	2			1	627	5			23		9			127									17				4	263	19	30				1				1.128
Dezembro	2			5	431	3			26		16			108									19	3			1	384	19	20			1	1				1.039
Total	28	1	3	20	4.628	94	6	3	202	1	155			1.062		2	1			1	1	144	12		3	16	1	2.900	241	284		3	2	1	4	9.819		

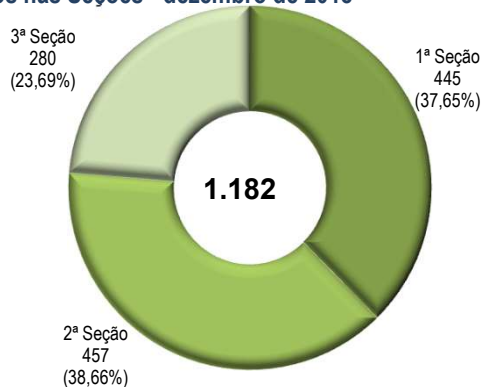
Fontes: Secretaria Judiciária e STI (Sistema Justiça).

Distribuição e julgamento nas seções

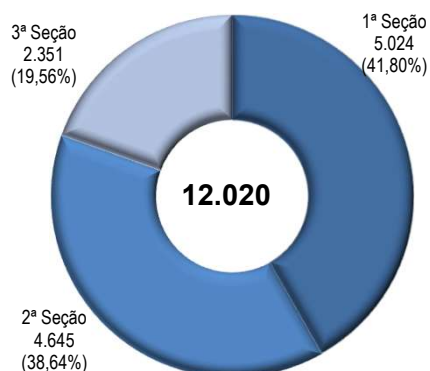
Distribuídos nas Seções - dezembro de 2018



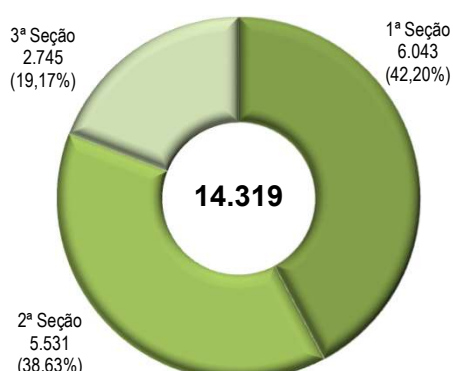
Julgados nas Seções - dezembro de 2018



Distribuídos nas Seções - janeiro a dezembro de 2018

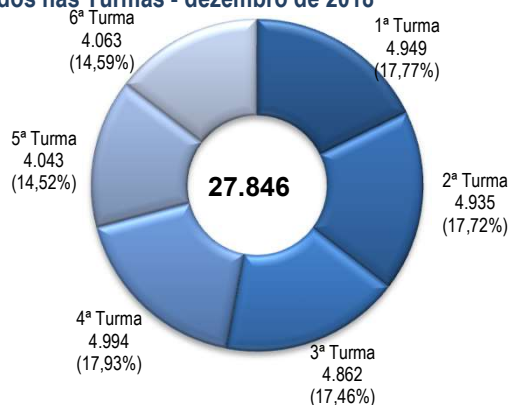


Julgados nas Seções - janeiro a dezembro de 2018

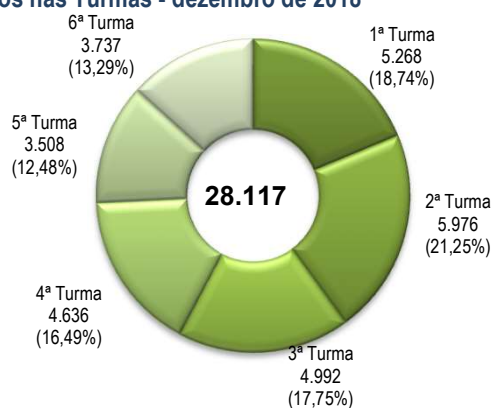


Distribuição e julgamento nas turmas

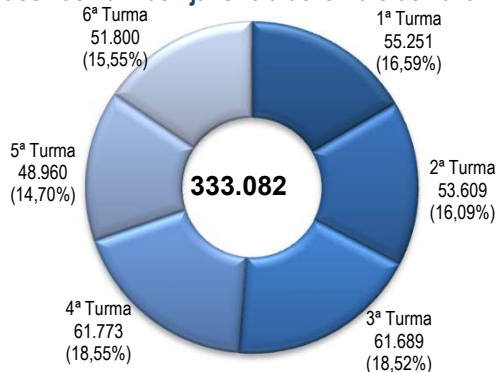
Distribuídos nas Turmas - dezembro de 2018



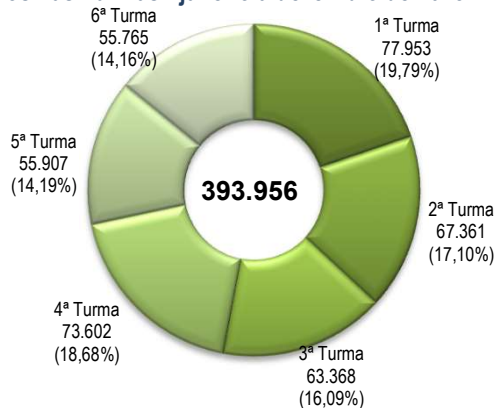
Julgados nas Turmas - dezembro de 2018



Distribuídos nas Turmas - janeiro a dezembro de 2018



Julgados nas Turmas - janeiro a dezembro de 2018



Fontes: Secretaria Judiciária; Coordenadorias: Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (Sistema Justiça).

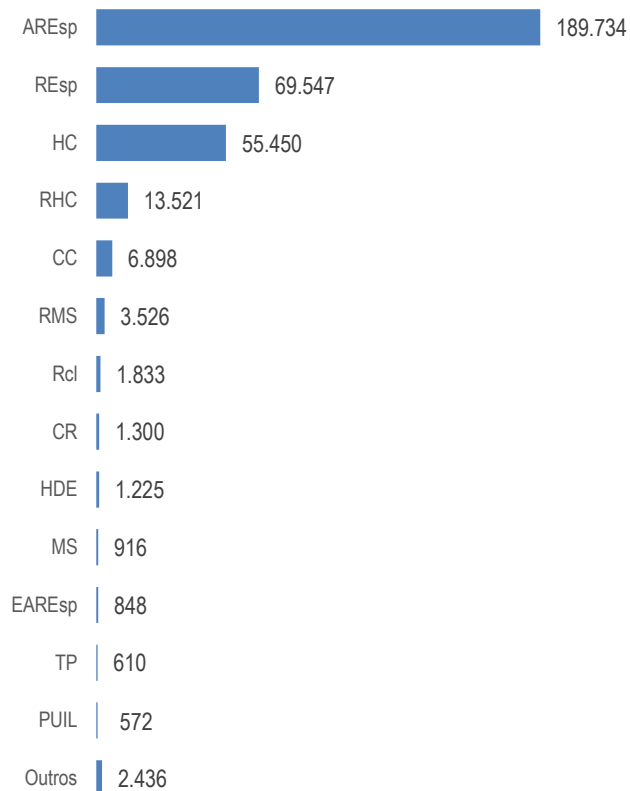
Nota: Nos processos julgados não estão incluídos:

No mês de dezembro: 6.173 Agravos Internos, 1.238 Agravos Regimentais e 2.260 Embargos de Declaração totalizando 9.671 feitos;

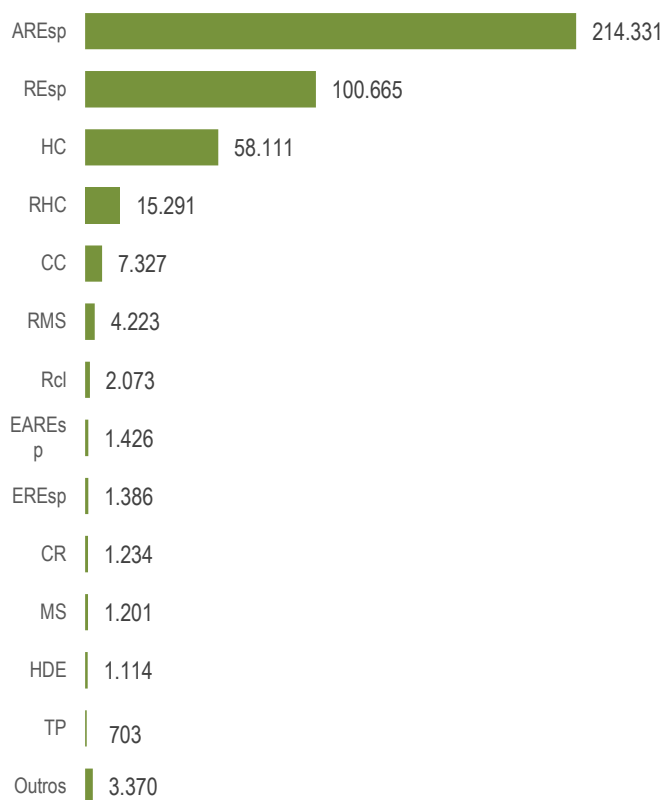
No período de janeiro a dezembro: 62.752 Agravos Internos, 16.724 Agravos Regimentais e 32.870 Embargos de Declaração totalizando 112.346 feitos.

Processos distribuídos e julgados - janeiro a dezembro de 2018

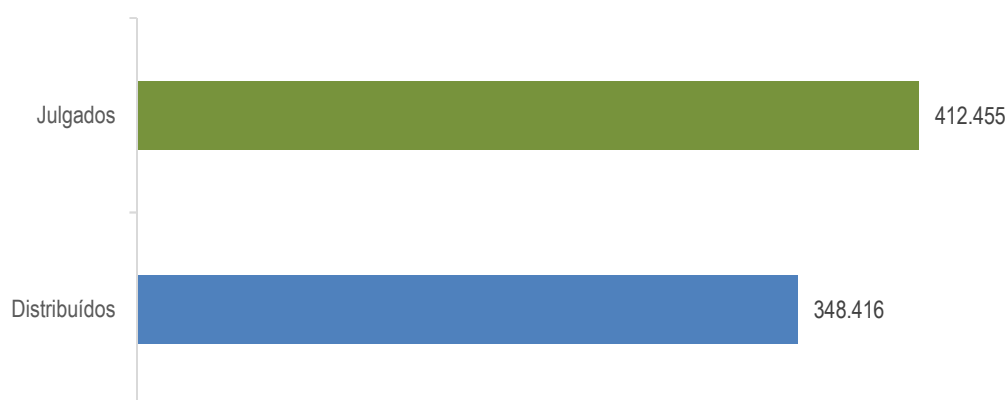
Distribuídos



Julgados



Processos distribuídos e julgados - janeiro a dezembro de 2018

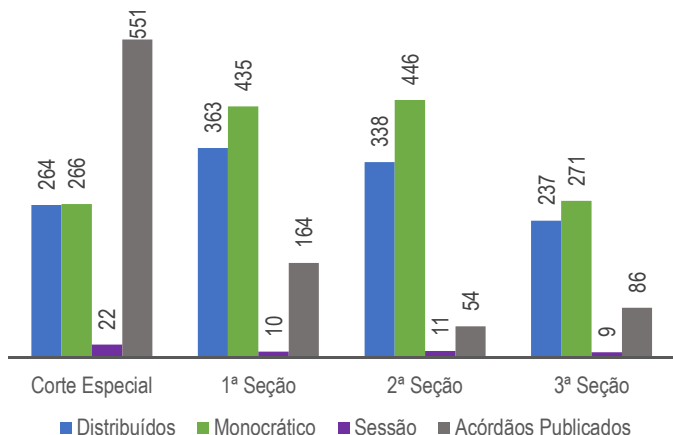


Fontes: Secretaria Judiciária; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (Sistema Justiça).

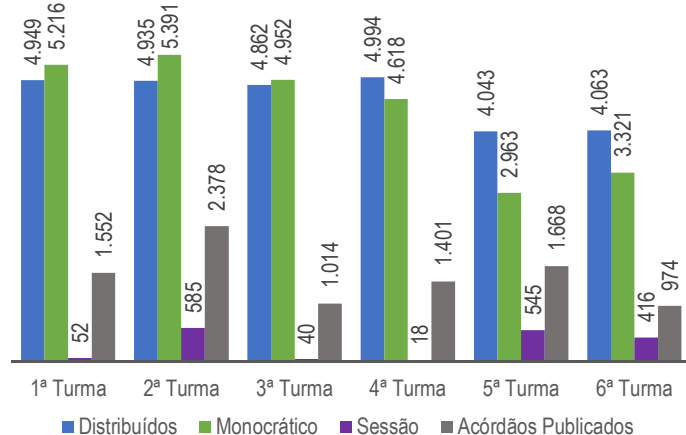
Nos processos julgados não estão incluídos 62.752 Agravos Internos, 16.724 Agravos Regimentais e 32.870 Embargos de Declaração, totalizando, 112.346 feitos no ano.

Processos distribuídos, registrados, julgados e acórdãos publicados - 2018

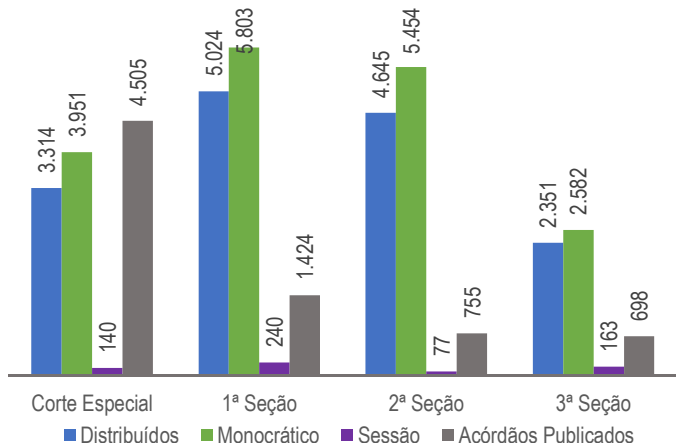
Corte Especial e Seções - dezembro de 2018



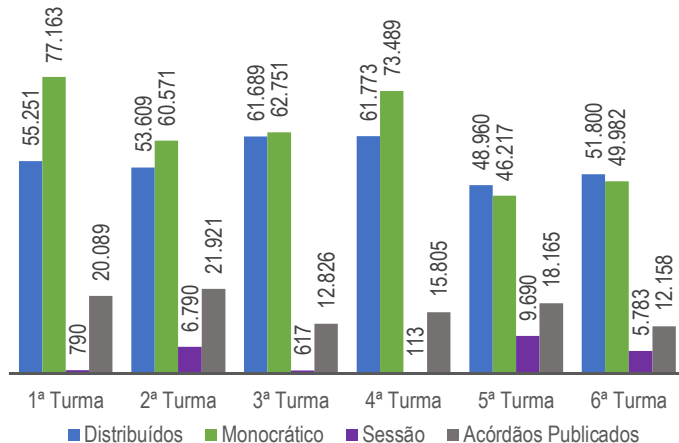
Turmas - dezembro de 2018



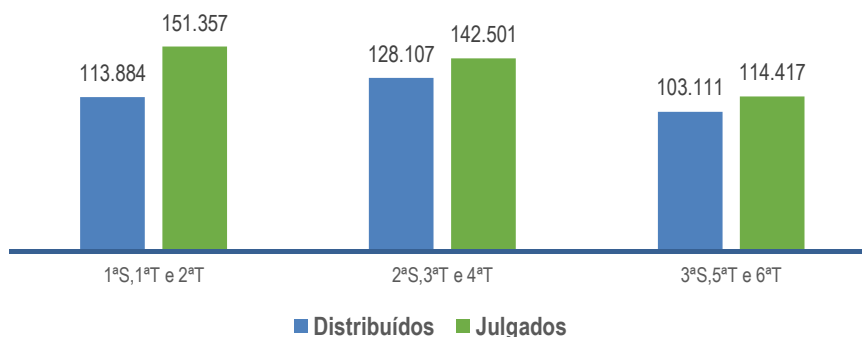
Corte Especial e Seções - janeiro a dezembro



Turmas - janeiro a dezembro



Processos distribuídos e julgados nas seções e respectivas turmas - janeiro a dezembro



Fontes: Secretaria Judiciária; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (Sistema Justiça).

Notas: Nos processos da Corte Especial estão incluídos os processos distribuídos e decididos monocraticamente referentes a processos registrados de competência exclusiva da ministra presidente processados no âmbito do referido órgão julgador.

Nos processos julgados não estão incluídos 6.173 Agravos Internos, 1.238 Agravos Regimentais e 2.260 Embargos de Declaração, totalizando 9.671 feitos no mês e 62.752 Agravos Internos, 16.724 Agravos Regimentais e 32.870 Embargos de Declaração, totalizando 112.346 feitos no ano.

Nos dados acima estão computados os acordãos dos recursos internos (AgInt, AgRg e Edcl)

Processos distribuídos, julgados e pendentes de 1º julgamento

Período: 7/4/1989 a 31/12/2018

Processo	Distribuídos	Julgados						Pendentes	
		Processo principal	AgInt	AgRg	EDcl	Total de julgados	Percentual em relação ao ano anterior	Valor absoluto	(%)
Ano	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(C+D+E+F)		(B-C)	((B-C) / B)
1989	6.103	3.550		90	71	3.711	...	2.553	41,83%
1990	14.087	10.829		507	406	11.742	216,41%	3.258	23,13%
1991	23.368	17.527		1.139	601	19.267	64,09%	5.841	25,00%
1992	33.872	28.673		1.926	829	31.428	63,12%	5.199	15,35%
1993	33.336	31.295		2.372	1.438	35.105	11,70%	2.041	6,12%
1994	38.670	39.034		2.378	1.620	43.032	22,58%	-364	-0,94%
1995	68.576	57.338		3.245	1.749	62.332	44,85%	11.238	16,39%
1996	77.032	71.122		4.263	2.244	77.629	24,54%	5.910	7,67%
1997	96.376	91.263		7.095	3.696	102.054	31,46%	5.113	5,31%
1998	92.107	85.694		10.591	5.182	101.467	-0,58%	6.413	6,96%
1999	118.977	116.024		7.441	4.577	128.042	26,19%	2.953	2,48%
2000	150.738	136.180		11.741	6.243	154.164	20,40%	14.558	9,66%
2001	184.478	179.364		13.952	5.297	198.613	28,83%	5.114	2,77%
2002	155.959	149.722		14.852	7.406	171.980	-13,41%	6.237	4,00%
2003	226.440	189.778		17.853	9.368	216.999	26,18%	36.662	16,19%
2004	215.411	203.041		27.164	11.104	241.309	11,20%	12.370	5,74%
2005	211.128	222.529		32.770	16.129	271.428	12,48%	-11.401	-5,40%
2006	251.020	222.245		26.346	13.752	262.343	-3,35%	28.775	11,46%
2007	313.364	277.810		35.864	16.583	330.257	25,89%	35.554	11,35%
2008	271.521	274.247		51.195	28.600	354.042	7,20%	-2.726	-1,00%
2009	292.103	254.955		48.437	25.326	328.718	-7,15%	37.148	12,72%
2010	228.981	248.625		55.904	25.754	330.283	0,48%	-19.644	-8,58%
2011	290.901	248.237		46.339	22.529	317.105	-3,99%	42.664	14,67%
2012	289.524	287.293		59.838	24.487	371.618	17,19%	2.231	0,77%
2013	309.677	274.465		56.483	23.895	354.843	-4,51%	35.212	11,37%
2014	314.316	306.491		59.915	23.646	390.052	9,92%	7.825	2,49%
2015	332.905	358.813		76.106	26.571	461.490	18,32%	-25.908	-7,78%
2016	335.779	386.910	26.282	34.551	22.979	470.722	2,00%	-51.131	-15,23%
2017	327.129	392.963	55.123	15.326	27.061	490.473	4,20%	-65.834	-20,12%
2018	348.416	412.455	62.752	16.724	32.870	524.801	7,00%	-64.039	-18,38%
Total	5.652.294	5.578.472	144.157	742.407	392.013	6.857.049	

Fontes: Secretaria Judiciária; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (Sistema Justiça).

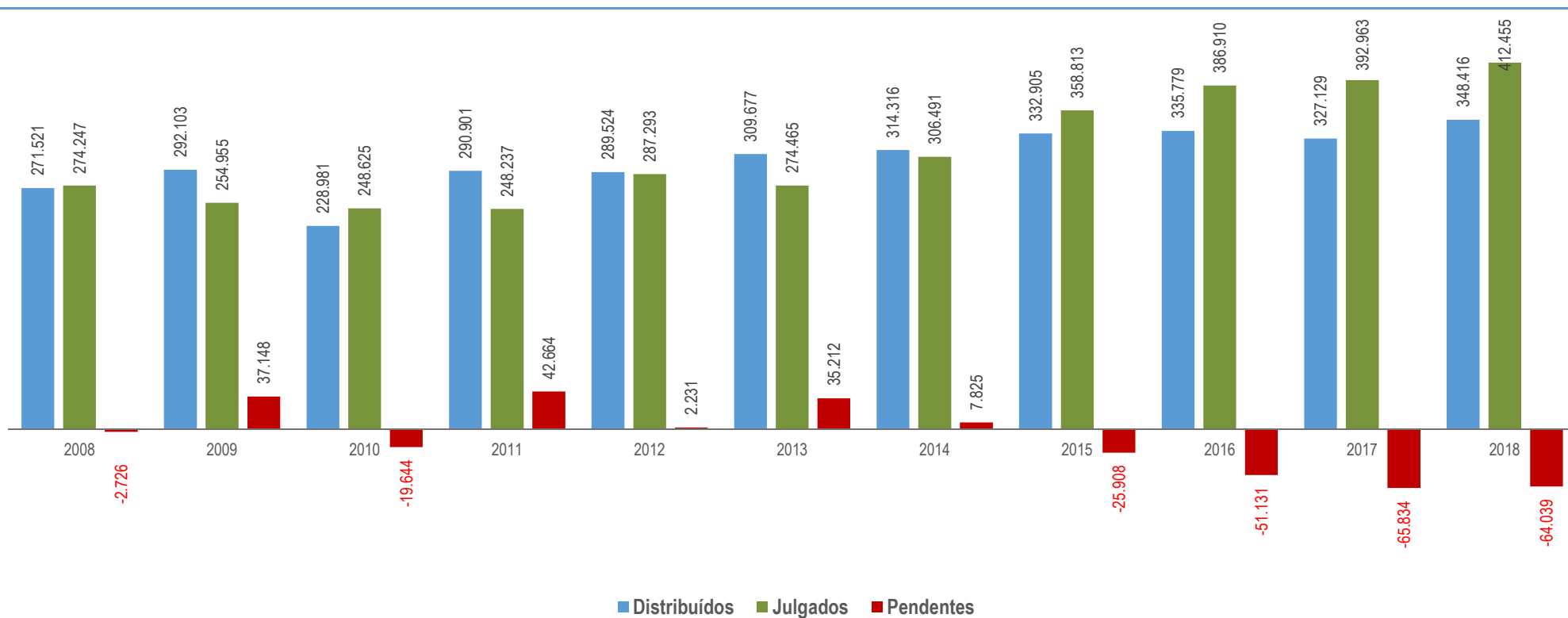
Notas: Sinal convencional utilizado:

.. Não se aplica dado numérico.

Os números negativos em 1994, 2005, 2008, 2010, 2015, 2016, 2017 e 2018 são decorrentes de processos distribuídos em períodos anteriores e que foram julgados nos citados anos.

Processos distribuídos, julgados e pendentes de 1º julgamento

Período: 01/01/2008 a 31/12/2018



Fontes: Secretaria Judiciária; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (Sistema Justiça).

Nota: Os números negativos em 2008, 2010, 2015, 2016, 2017 e 2018 são decorrentes de processos distribuídos em períodos anteriores e que foram julgados nos citados anos.

Nos processos julgados não estão incluídos no período: 144.157 Agravos Internos, 520.818 Agravos Regimentais e 283.718 Embargos de Declarações, totalizando, 948.693 feitos.

Petições protocolizadas de recursos internos e externos - janeiro a dezembro de 2018 -

Tipos de recursos Relatores	Recursos internos					Recursos externos				Total (A + B)
	Agravo Interno	Agravo Regimental	Embargos de Declaração	Embargos de Divergência	Subtotal (A)	Agravo em Recurso Extraordinário	Recurso Extraordinário	Recurso Ordinário	Subtotal (B)	
Ministro Presidente	3.212	201	4.525	611	8.549	29	89	2	120	8.669
Ministro Vice-Presidente	3.240	1.680	3.747	114	8.781	1.739	5.591	1.102	8.432	17.213
Felix Fischer	156	1.335	503	68	2.062		30	18	48	2.110
Francisco Falcão	2.744	10	1.343	134	4.231		4	2	6	4.237
Nancy Andrighi	3.513	7	1.304	111	4.935		1		1	4.936
Laurita Vaz (4)	62	327	162	37	588		11	11	22	610
João Otávio de Noronha (1)			4		4					4
Humberto Martins (5)	41	1	19	44	105		2		2	107
Maria Thereza de Assis Moura (2)	111	526	167	52	856			1	1	857
Herman Benjamin	1.375	12	1.707	168	3.262		22		22	3.284
Napoleão Nunes Maia Filho	3.020	4	1.262	109	4.395		9	5	14	4.409
Jorge Mussi	177	1.044	562	61	1.844		17	10	27	1.871
Og Fernandes	2.116	8	1.076	69	3.269		8		8	3.277
Luis Felipe Salomão	2.674	13	1.058	96	3.841		3	2	5	3.846
Mauro Campbell Marques	2.994	8	1.463	51	4.516		5		5	4.521
Benedito Gonçalves	3.898	6	1.512	85	5.501		19	1	20	5.521
Raul Araújo (3)	1.856	9	811	99	2.775		6		6	2.781
Paulo de Tarso Sanseverino	2.259		897	3	3.159		1		1	3.160
Isabel Gallotti	3.422	2	1.344	33	4.801		4	2	6	4.807
Antonio Carlos Ferreira	3.062	3	1.115	57	4.237		5		5	4.242
Villas Bôas Cueva	3.182		1.149	46	4.377		3		3	4.380
Sebastião Reis Júnior	145	1.144	356	19	1.664		17	5	22	1.686
Marco Buzzi	2.973	5	1.270	48	4.296		5	1	6	4.302
Marco Aurélio Bellizze	2.905		1.152	55	4.112	1	2		3	4.115
Assusete Magalhães	3.415	7	1.021	59	4.502		4		4	4.506
Sérgio Kukina	3.696	1	1.358	74	5.129		11	1	12	5.141
Moura Ribeiro	2.255		876	43	3.174	1	3	2	6	3.180
Regina Helena Costa	3.551		1.067	63	4.681		13		13	4.694
Rogério Schietti Cruz	159	870	292	3	1.324		15	7	22	1.346
Nefi Cordeiro	149	1.105	486	28	1.768		12	11	23	1.791
Gurgel de Faria	5.699		860	53	6.612		14	1	15	6.627
Reynaldo Soares da Fonseca	78	1.057	355	13	1.503		9	14	23	1.526
Ribeiro Dantas	108	1.159	391	9	1.667		28	9	37	1.704
Antonio Saldanha Palheiro	135	933	258	19	1.345		12	5	17	1.362
Joel Ilan Paciornik	97	1.169	347	15	1.628		13	12	25	1.653
Lázaro Guimarães (6)	1.570	2	684	20	2.276		1		1	2.277
Presidente da 1ª Seção	71		27		98					98
Presidente da 2ª Seção			1		1					1
Presidente da 3ª Seção	252		242		494					494
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes (7)	3		7		10					10
Sec. Órgãos Julgadores (8)	2				2					2
Total	70.377	12.648	36.780	2.569	122.374	1.770	5.989	1.224	8.983	131.357

Fontes: Secretaria Judiciária; STJ (Sistema Justiça).

(1) Ministro Presidente a partir de 29/8/2018. Ministro Corregedor Nacional de Justiça até 28/8/2018. (2) Ministra Vice-Presidente do STJ a partir de 29/8/2018. Ministra Corregedora-Geral da Justiça Federal conforme Ato da Sessão Plenária de 22/5/2018 (3) Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal até 25/9/2018. Designado para compor 2ª Seção, 4ª Turma a partir de 26/9/2018. (4) Ministra Presidente do STJ até 29/8/2018. Designada para compor a 3ª Seção, 6ª Turma. (5) Ministro Vice-Presidente do STJ até 29/8/2018. Ministro Corregedor Nacional de Justiça a partir de 28/8/2018. (6) Desembargador convocado do TRF 5ª Região de 2/10/2017 a 26/9/2018. (7) Estão computados os processos registrados ao Ministro Paulo de Tarso Sanseverino como Presidente da Comissão Gestora de Precedentes conforme Portaria Nº 475 de 11/11/2016. (8) Computadas as petições sem destinatários bem como as endereçadas aos Ministros aposentados.

Atividades Jurisdicionais do Superior Tribunal de Justiça

2018: 2/1/2018 a 31/12/2018

Movimentação Processual

Processos Recebidos	346.337
Processos Distribuídos (A)	245.679
Processos Registrados - Competência Exclusiva da Presidência (B)	6.292
Processos Registrados à Presidência por triagem no processamento inicial (1)(C)	96.445
Total de Processos Distribuídos e Registrados (A+B+C)	348.416
Processos Julgados em Sessão	109.731
Processos Decididos Monocraticamente	415.070
Total Processos Julgados (incluindo AgInt, AgRg e EDcl)	524.801
Total Processos Julgados (excluindo AgInt, AgRg e EDcl)	412.455
Acórdãos Publicados	108.346
Processos Baixados	383.706
Processos com Vista ao MPF em 31/12/2018	9.054
Processos Tramitando em 31/12/2018	292.757

Médias

Média dos Processos Distribuídos e Registrados por cargos de Magistrados	10.558
Média de Processos Julgados (incluindo AgInt, AgRg e EDcl) por cargos de Magistrados	15.903
Média de Processos Julgados (excluindo AgInt, AgRg e EDcl) por cargos de Magistrados	12.499

Decisões e Despachos do Ministro Presidente e Vice-Presidente

Ministro Presidente (exceto RE e RO)	161.378
Ministro Vice-Presidente (exceto RE e RO)	9.010
Recursos Extraordinários e Ordinários	7.850

Recursos Repetitivos (Temas)

Recursos repetitivos	Temas Afetados		
	Julgados		Aguardando julgamento
	2/1/2018 a 15/12/2018	8/8/2008 a 15/12/2018	
Corte Especial	2	81	4
Primeira Seção	22	448	32
Segunda Seção	11	190	9
Terceira Seção	4	67	1
Total	39	786	46

Fontes: NUGEP; Secretaria Judiciária; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros; STI (Sistema Justiça).

Notas: Nos processos tramitando estão inclusos os com status "processamento de RE/RO" e "em execução".

Nos cargos de Magistrados estão computados os providos ou não.

(1) Processos recursais submetidos à triagem processual pela Secretaria Judiciária, conforme previsto na Resolução STJ n. 17 de 4.9.2013.

Glossário

Acórdão

Peça escrita que contém o julgamento proferido por órgão colegiado de um tribunal; não por um juiz.

AREsp (Agravo em recurso especial)

Recurso que se interpõe contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido.

Controvérsia

Representa o conjunto de processos recebidos pelo STJ na condição de representativos da controvérsia – RRC (§ 1º do art. 1036 do CPC), a fim de possibilitar a afetação dos(s) processo(s), pelo Órgão Julgador do STJ, ao rito dos recursos repetitivos.

Decisão interlocutória

É o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente, ou seja, ponto relevante que não põe fim ao processo.

Decisão Liminar

Decisão urgente e provisória, dada antes do julgamento do processo para evitar prejuízo irreparável a um direito

Decisão terminativa

É aquela onde o magistrado toma uma decisão que põe fim ao processo.

Decisão colegiada

Decisão proferida por um grupo de juízes ou ministros, reunidos em um colegiado. É também denominada de "acórdão". Os órgãos colegiados do Tribunal são: Corte Especial, seções e turmas.

Decisão monocrática Decisão proferida por um único magistrado; não por colegiado.

Distribuição

Escolha do relator do processo por sorteio ou por prevenção. O relator sorteado pode declarar-se impedido, caso em que é feito novo sorteio.

Ministério público

Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, à qual incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127).

Pedido de vista

Ato pelo qual o ministro solicita os autos de um processo com o direito de tomar conhecimento de tudo o que nele contém, se dá durante o julgamento no momento de proferir o voto ele pode pedir.

Processo

Conjunto coordenado de preceitos legais normativos, que imprimem forma e movimento à ação no sentido formal.

Processo atribuído

É o processo que foi imputado ao ministro nomeado no lugar de magistrado que deixou o cargo por aposentadoria, falecimento ou mudança de órgão julgador.

Processo baixado

Processo recursal que foi encaminhado de volta ao tribunal de origem.

Processo Arquivado:

Processo originário que foi guardado em arquivo definitivamente no tribunal após o trânsito em julgado.

Processo distribuído

Processo recebido pelo magistrado, mediante distribuição por sorteio, para que proceda ao seu julgamento.

Processo originário

Aquele que se inicia no próprio órgão e não chega a ele como recurso contra decisão proferida em outro grau de jurisdição.

Processo pendente de 1ª decisão

Processo que ainda não possui decisão terminativa/definitiva.

Processo recursal

Aquele que chega ao órgão como recurso contra decisão proferida em outro grau de jurisdição.

Processo redistribuído

É aquele resultante da nova distribuição decorrente da incompetência reconhecida do magistrado ou do órgão judicial a que foi anteriormente distribuída ou decorrente de aposentadoria, falecimento ou afastamento do relator originário.

Processo registrado

É o feito registrado ao Ministro Presidente, vice-Presidente e aos presidentes de seção por determinação regimental.

Recurso

Meio de que dispõe a parte vencida em um processo para provocar a modificação ou a invalidação de uma decisão judicial desfavorável.

RE (Recurso extraordinário)

Recurso da competência do Supremo Tribunal Federal contra decisões proferidas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: a) contrariar dispositivo da Constituição Federal; b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição; d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal (CF, art. 102, III).

REsp (Recurso especial)

Recurso de competência do Superior Tribunal de Justiça, instituído pela Constituição de 1988 (art. 105, 111). É cabível das causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida: a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência; b) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal; e c) der à lei federal interpretação divergente de que lhe haja atribuído outro tribunal.

RO (Recurso ordinário)

Recurso dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, quando denegatória a decisão, em mandado de segurança decidido em única instância e habeas corpus decidido em única ou última instância pelos tribunais regionais federais e pelos tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal e dos Territórios, bem como em causas em que forem partes estado estrangeiro ou organismo internacional de um lado e, do outro, município ou pessoa residente e domiciliada no País (CF, art. 105, caput, II).

Relator

Membro de tribunal a quem se atribui – por distribuição automática e eletrônica – um processo para estudá-lo e explicá-lo em relatório, podendo ser escolhido também por prevenção, quando já tiver sido relator de processos referentes ao mesmo caso.

Voto-vista

Consiste no voto proferido pelo ministro que pediu vista dos autos.

Recurso especial repetitivo

É um recurso que representa um grupo de recursos baseados em teses idênticas, ou seja, que têm fundamento em questão de direito idêntica. Nesses casos, o processo fica suspenso no tribunal de origem até o pronunciamento definitivo do STJ sobre a matéria.

Classes processuais do STJ: para consultar todas as classes de feitos clique no link abaixo e consulte diretamente no Art. 67 do Regimento Interno:

[Link](#)

Áreas de especialização

O Regimento Interno definiu as áreas de especialização dos seus órgãos judiciários (seções e turmas), atribuindo-lhes competência para processar e julgar os feitos relativos ao Direito Público, ao Direito Privado e ao Direito Penal. Essa especialização é definida em razão da natureza da relação jurídica litigiosa.

